

LINGUÍSTICA APLICADA E O ENSINO DE GRAMÁTICA

Roseli Santana Oliveira (UESB)

roseoliver.sant@gmail.com

Juvanete Ferreira Alves Brito (UESB)

juvanete.alves@uesb.edu.br

RESUMO

O presente artigo aborda o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental no Brasil, refletindo sobre as dificuldades enfrentadas tanto pelos professores quanto pelos os alunos no processo de ensino e aprendizagem dessa disciplina. Para nortear essas discussões utilizamos como suporte teórico, principalmente, os parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Cheron (2004), Antunes (2006), Oliveira (2010), e Travaglia (2009). A pesquisa de cunho etnográfico foi realizada em uma turma de 8º Ano do Ensino Fundamental de uma escola municipal da cidade de Maracás no Estado da Bahia. Observamos que abordagem dada ao ensino de língua materna pelos professores, principalmente, ao ensino de gramática que, geralmente, tende a privilegiar a gramática normativa e a ignorar que a língua pode mudar de acordo com a situação comunicativa. Esse modelo de ensino focado nas nomenclaturas gramáticas, que dita o que é certo e errado, baseados em frases soltas, sem nenhum contexto dificulta o aprendizado dos alunos, além de, não alcançar um dos principais objetivos do ensino de Língua Portuguesa, que é desenvolver a competência comunicativa do aluno para que ele interaja em diferentes contextos sociais.

Palavras-chave:

Competência comunicativa. Linguística Aplicada. Ensino de Gramática.

ABSTRACT

This article discusses the teaching of Portuguese language in elementary school in Brazil, reflecting on the difficulties faced by both teachers and students in the teaching and learning process of this discipline. To guide these discussions we used as theoretical support, mainly, The National Curricular Parameters (PCNs), Cheron (2004), Antunes (2006), Oliveira (2010), and Travaglia (2009). The ethnographic research was carried out in an 8th grade elementary school class of a municipal school in the city of Maracás in the State of Bahia. We observed that the approach given to the teaching of mother tongue by teachers, mainly, to the teaching of grammar, which generally tends to privilege normative grammar and to ignore that the language can change according to the communicative situation. This teaching model focused on grammar nomenclatures, which dictates what is right and wrong, based on loose sentences, without any context hinders the learning of students, besides not achieving one of the main objectives of Portuguese language teaching, which is to develop the communicative competence of the student so that he interacts in different social contexts.

Keywords:

Applied Linguistic. Communicative competence. Grammar teaching.

1. Introdução

O ensino de Gramática nas aulas de Língua Portuguesa tem sido um grande desafio para professores e alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nas escolas públicas brasileiras. São muitas discussões acerca do tema, e muitas críticas quanto à forma como a gramática vem sendo apresentada aos alunos na sala de aula. O ensino da gramática baseado em regras e normas que ditam o que é certo e errado não dá conta de toda complexidade da língua.

O presente artigo pretende abordar o ensino de Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental. A pesquisa foi realizada em uma escola municipal da cidade de Maracás na Bahia, e busca responder as seguintes questões: “Quais os maiores problemas enfrentados no ensino de Língua Portuguesa na atualidade?”, “O que pode ser mudado para que essa prática didático-pedagógica se torne um processo que desenvolva a capacidade comunicativa do aluno, para que ele interaja adequadamente em diversas situações sociais?”.

As aulas de Língua Portuguesa têm como foco principal o ensino de gramática, que por sua vez dá ênfase às nomenclaturas gramaticais e dita o que é certo e errado na língua e acaba confundindo a cabeça do aluno, além de não alcançar os objetivos do ensino de língua materna. Os objetivos do ensino de gramática de acordo com Travaglia (2009) são quatro: o primeiro é desenvolver a competência comunicativa do usuário da língua, isto é, a aptidão do falante de utilizar a língua em diferentes situações comunicativas; o segundo é levar o aluno ao domínio da norma culta ou padrão e ensinar a variedade escrita da língua, esse objetivo considera que o aluno quando chega à escola já domina a forma coloquial da língua falada; o terceiro é levar o aluno a conhecer o funcionamento da língua, bem como sua função social; o quarto propõe o ensino do raciocínio e do pensar científico.

Contudo, diante dos últimos resultados das pesquisas do desempenho de alunos das escolas públicas brasileira percebemos que ainda falta muito para que estes objetivos sejam alcançados, uma vez que, tanto os estudantes do Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio, mostraram os baixos índices de aprendizagem. Essas pesquisas mostraram que dentre as maiores dificuldades dos alunos estão as dificuldades de leitura, escrita e interpretação.

Segundo Cheron (2004), escola e sociedade criaram um círculo vicioso e quase indissolúvel, no qual todo o ensino de língua gira em tor-

no da gramática tradicional. Os resultados de avaliações como o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudante), o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), o ENEM e o vestibular têm demonstrado a necessidade de mudança, uma vez que, tanto o processo de ensino/aprendizagem quanto os seus resultados estão comprometidos.

2. O ensino de Língua Portuguesa

O ensino de Língua Portuguesa sempre priorizou o ensino da Gramática Normativa. A escola valoriza a norma padrão e se acostuma a corrigir a fala do aluno, e isso faz com muitas pessoas, ainda hoje, digam que o português é muito difícil e que não sabem falar português direito.

Para Cheron (2004), a visão de que dominar as regras da Gramática Tradicional é sinônimo de ensino/aprendizagem, e que para aprender a ler e escrever é necessário saber regras de gramática é pautada na variante padrão da língua, que é valorizada pela elite da sociedade. No entanto, essa linguagem padrão não faz parte da vida cotidiana da grande maioria dos estudantes de escola pública brasileira. O trabalho com a linguagem baseado na descrição de regras, frases isoladas e análise sintática de orações descontextualizada não é o suficiente para o aluno conhecer todas as nuances e possibilidades da língua.

O ensino de Gramática tem estado no centro de muitas discussões, questionam-se os métodos e as abordagens utilizadas, pois se acredita que não só a gramática tradicional deva ser ensinada na escola. Para que o estudante tenha consciência que há mais coisas na língua portuguesa do Brasil além das regras do manual da gramática normativa é necessário que ele conheça, também outros conceitos de gramática.

Segundo Travaglia (2009), há três conceitos de gramática: o primeiro é o conceito de gramática normativa, que é aquela que dita as regras de bom uso da língua. Nessa concepção, considera-se apenas a variedade padrão da língua, e as demais variedades são consideradas erros, desvios, deformações, logo o falante deve seguir a norma culta para não causar a degeneração da língua. Essa norma é baseada nos padrões utilizados por renomados escritores, sendo assim, não leva em consideração a língua falada. Muitas vezes a norma padrão baseia-se parâmetros quase sempre equivocados como purismo, vernaculidade, classe social de prestígio e autoridades (gramáticos e bons escritores).

A segunda concepção é da gramática descritiva; esta descreve o funcionamento da língua, sua forma e sua função. Nessa concepção, “gramatical será então tudo que atende às regras de funcionamento da língua de acordo com determinada variedade linguística”. (TRAVAGLIA, 2009, p. 27). Dessa forma, saber gramática não significa entender as regras da gramática tradicional, mas ser capaz de diferenciar nas expressões da língua, as categorias, relações e funções que fazem parte da sua construção.

E, por fim, a terceira concepção é a da gramática internalizada, que diz respeito às variedades que são usadas por uma comunidade em determinadas situações de comunicação em que o falante está inserido. Essa gramática corresponde ao saber linguístico que o falante desenvolve em seu convívio social, dessa forma para saber essa gramática não é preciso necessariamente frequentar a escola, mas amadurecer a competência linguística do falante, uma vez que é ela que possibilita ao usuário formular inúmeras frases. Para essa concepção não existe erro gramatical, há apenas inadequação da variedade linguística.

Logo, a partir desses conceitos enfatizam-se três tipos de gramática. A gramática normativa, que está voltada para o estudo da língua padrão, em geral prioriza a língua escrita e dá pouca importância a variedade oral, mesmo a considerada culta, que é vista da mesma forma que escrita. Essa gramática é a que costuma ser ensinada nas escolas. A gramática descritiva é a que descreve e registra determinados fatos da língua em um dado momento. Esta não trabalha apenas com a variedade padrão da língua, mas com qualquer variedade, principalmente com variedade oral. A gramática internalizada ou competência internalizada do falante, que são as regras que o falante domina e que permite que ele seja capaz de usar a língua. Quando o ensino de gramática assume um caráter normativo, torna-se um sistema fechado, em que não são permitidas mudanças; o ensino passa a ser fragmentado e não há relação com as aulas de leitura e produção textual. Utiliza-se uma metodologia que visa apenas transmitir os conteúdos aos alunos, nas atividades propostas, por sua vez, a linguagem aparece como mero objeto de estudo, e não como prática social que proporcionará a análise e compreensão.

De acordo com Oliveira (2010), a palavra gramática é polissêmica, devido a isso é necessário bastante cuidado com o significado que atribuímos a ela. A depender do contexto em que for usada pode se referir ao livro, com regras prescritivas e informações sobre o uso da língua sem julgamento de valor. Pode ser usada, também para se referir à sintaxe,

neste caso é associada a escrever bem, o que implica que para escrever bem basta apenas conhecer as regras gramaticais. E, por fim, a palavra gramática é usada para se referir ao conteúdo de Língua Portuguesa, neste caso é o equivalente a nomenclatura gramatical.

Não há problema em definir gramática como um manual, um livro consagrado, contudo, considerar gramática apenas como um conjunto de regras sintáticas não contribui para uma prática pedagógica bem sucedida. A sintaxe está relacionada ao aspecto estrutural da gramática, a qual está relacionada também a semântica e a pragmática, logo pensar a gramática apenas como sinônimo de sintaxe é o mesmo que delimitar o seu ensino a dimensão estrutural. Quando a gramática é vista apenas como nomenclatura gramatical, também é prejudicial ao ensino, pois entende-se que ensinar gramática é o mesmo que ensinar nomenclatura gramatical.

Quando a gramática é pensada como um conjunto de regras sintáticas e morfológicas, as quais os usuários da língua têm a sua disposição para interagir e se comunicar, traz a tona o caráter tridimensional da gramática e torna o seu ensino pedagogicamente mais produtivo.

Segundo Oliveira (2010), a gramática possui três dimensões: a estrutural, a semântica e a pragmática. Estas dimensões estão conectadas e é importante que o professor as considere no planejamento de suas aulas. Sendo que

[...] a DIMENSÃO FORMAL, que diz respeito à maneira como se forma o ponto gramatical, aos elementos que compõem sua estrutura e à função sintática que exerce; a DIMENSÃO SEMÂNTICA, relacionado à ideia que o ponto gramatical expressa; e a DIMENSÃO PRAGMÁTICA, que diz respeito à adequação do ponto gramatical às situações e aos gêneros textuais em que ele é usado, que diz respeito àquilo para que o ponto gramatical é usado. (OLIVEIRA, 2010, p. 238)

A fala e a escrita possuem gramáticas diferentes; é normal que o aluno estranhe a gramática ensinada na escola, afinal a gramática normativa é a gramática formal da escrita, que tem diferenças significativas da gramática falada, que é a que o aluno conhece e utiliza no seu cotidiano.

Outro aspecto importante no ensino de gramática é o uso ou não das nomenclaturas gramaticais, há quem defenda o ensino de gramática sem nomenclaturas, pois acreditam que o uso de nomenclaturas reforça a metalinguagem nas aulas. O objetivo das aulas de português não é conhecer e decorar as nomenclaturas gramaticais, mas se necessário, o professor poderá usá-la para ajudar os seus alunos a desenvolverem suas competências comunicativas.

O trabalho com o texto é fundamental no ensino de gramática, pois estes estão presentes no nosso dia a dia nas mais variadas situações. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), para que o ensino e aprendizagem de língua aconteçam de forma efetiva, é necessário o uso dos textos, uma vez que este proporciona a reflexão e contribui para o desenvolvimento de competências e habilidades, tais como, reconhecer, produzir, compreender e avaliar o seu próprio texto e também o texto de outras pessoas.

Muito mais do que um conjunto de orações ou frases, os textos estão impregnados de visões de mundo proporcionadas pela cultura e resultam, necessariamente, das escolhas e combinações feitas no complexo universo que é uma língua. (PCN, 2002, p. 58)

Segundo o PCNLP (2002), há uma relação entre o domínio da língua com a participação social plena, uma vez que, a língua possibilita a comunicação e o acesso à informação, é por meio dela que o homem expõe e defende suas opiniões e gera conhecimento. Sendo assim, é papel da escola assegurar que seus alunos tenham acesso aos saberes linguísticos que eles precisam para exercer os seus direitos a cidadania.

A língua é um sistema de signos histórico e social que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade. Assim, aprendê-la é aprender não só as palavras, mas também os seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio social entendem e interpretam a realidade e a si mesmas. (PCNLP, 2002, p. 22)

A escola deve possibilitar ao aluno vivências em fique claro o caráter natural e espontâneo da linguagem, para que ele entenda que língua que é ensinada na sala de aula não é diferente daquela que ele usa socialmente em seu dia a dia.

Os PCNLP (2002) consideram que o ensino e a aprendizagem de Língua Portuguesa é o resultado da combinação três variáveis: o aluno, a língua e o ensino. Sendo que

O primeiro elemento dessa tríade, o aluno, é o sujeito da ação de aprender, aquele que age sobre o objeto de conhecimento. O segundo elemento, o objeto de conhecimento, é a Língua Portuguesa, tal como se fala e se escreve fora da escola, a língua que se fala em instâncias públicas e a que existe nos textos escritos que circulam socialmente. E o terceiro elemento da tríade, o ensino, é, neste enfoque teórico, concebido como a prática educacional que organiza a mediação entre sujeito e objeto do conhecimento. Para que essa mediação aconteça, o professor deverá planejar, implementar e dirigir as atividades didáticas, com o objetivo de desencadear, apoiar e orientar o esforço de ação e reflexão do aluno. (PCNLP, 2002, p. 25)

A escola é uma instituição de acesso ao conhecimento, por isso precisa atender as demandas da sociedade, que hoje em dia exige níveis de leitura e escrita superiores aos que atendiam as demandas sociais do passado. Para tanto, uma revisão nas práticas de ensino se faz necessária, a fim de que o professor procure adotar práticas que possibilitem ao aluno a ampliação da competência linguística a partir da diversidade textual que circula na sociedade. Nessa perspectiva, a Linguística Aplicada tem muito a contribuir para o ensino de língua, tornando as aulas de português mais dinâmicas e eficazes.

2.1. Gêneros textuais e o ensino de Língua Portuguesa

Os gêneros textuais estão presentes nas relações cotidianas das pessoas, eles estão presentes em vários lugares em diversos formatos e finalidade. Os gêneros textuais devem ser concebidos como prática de linguagem, usada diariamente, pelos sujeitos em diferentes situações de comunicação. Segundo Antunes (2010), na busca para compreender o que é texto, desenvolveu-se o conceito de textualidade, “a qual pode ser entendida como a característica estrutural das atividades sociocomunicativa (e, portanto, também linguística) executada entre os parceiros da comunicação” (ANTUNES, 2010, p. 29). Dessa forma, toda interação verbal acontece por meio da textualidade, ou mais precisamente um gênero textual. Para cada situação específica de comunicação, o locutor organiza sua fala em forma de texto com uma finalidade específica. Tudo que falamos e escrevemos, embora, não estejam dentro dos padrões considerados cultos, são sempre textos. Sendo assim, trazer a textualidade para sala de aula e torná-la objeto de ensino é aceitá-la como o princípio que manifesta e regula as atividades da linguagem.

Antunes (2003) afirma que “de fato não existe texto sem gramática. Praticar o uso de textos, como estudar o texto, é, inevitavelmente, praticar e estudar a gramática”. (p. 124). A gramática, em uma perspectiva da linguagem como uma função social, está presente nas mais variadas situações de comunicação verbal, quando falamos, escrevemos ou lemos um texto estamos usando a gramática. Assim sendo, o ensino de gramática não deve ser descontextualizado, petrificado, inflexível, fragmentado, predominantemente prescritivo e voltado para nomenclatura, ao contrário, deve dar oportunidade aos alunos de criar, analisar, discutir e levantar hipóteses a partir da leitura dos mais variados gêneros.

Na realidade, o estudo dos gêneros textuais é uma fértil área interdiscipli-

nar, com atenção especial para o funcionamento da língua e para as atividades culturais e sociais. Desde que não concebamos os gêneros como modelos estanques, nem como estruturas rígidas, mas como formas culturais e cognitivas de ação social corporificadas de modo particular na linguagem temos de ver os gêneros como entidades dinâmicas. (MARCUSCHI, 2008, p. 155-6)

Dessa forma, toda manifestação verbal acontece por meio de textos e, estes são realizados em algum gênero textual. Ao dominarmos um gênero textual, não estamos dominando uma forma linguística, mas sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em determinadas situações sociais.

3. Metodologia

A pesquisa é de cunho etnográfico e foi realizada em uma turma de 8º Ano do Ensino Fundamental, turno vespertino, em uma escola municipal da cidade de Maracás, no Estado da Bahia. A escola é considerada de grande porte, fica localizada no centro da cidade e atende alunos do 6º ao 9º do Ensino Fundamental nos turnos matutino e vespertino, e no noturno atende aluno da EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Para a coleta de dados dessa pesquisa foram observadas dez aulas de Língua Portuguesa no período de 23 de outubro a 04 de novembro de 2019. Serão analisadas as atividades realizadas pela professora nesse período.

4. Análise e discussão

No dia 23/10, foram duas aulas, a professora estava revisando o conteúdo vozes verbais. Ela escreveu no quadro os tipos de vozes verbais e explicou que na voz ativa o sujeito pratica a ação, na voz passiva o sujeito sofre a ação e na voz reflexiva o sujeito sofre e recebe a ação. Em seguida, ela escreveu um exercício no quadro e os alunos copiaram no caderno e responderam, então ela corrigiu na sequência.

Na aula seguinte, ela continuou escrevendo o exercício no quadro e repetiu o processo da aula anterior. O exercício estava voltado para análise de frases isoladas, as questões pediam para destacar os verbos e indicar as vozes verbais, passa as orações da voz ativa para voz passiva, e vice-versa, passar frases da voz passiva pronominal para voz passiva analítica.

Na aula do dia 24/10, a professora aplicou uma Atividade Avaliativa individual, na qual os alunos dispostos em fila tiveram cinquenta minutos para responder. Avaliação tinha quatorze questões e mesclava questões baseadas em texto jornalístico, tirinhas e poema e questões soltas sem nenhum contexto. O foco principal da avaliação, assim como o exercício, era identificar as vozes do verbo, classificá-las e fazer a mudança de uma voz para outra.

Ao observar as aulas da professora sobre vozes verbais, e analisá-las do ponto de vista tridimensional da gramática, percebe-se que ela adotou uma abordagem exclusivamente tradicional, que é a dimensão, geralmente, trazida pelos livros didáticos e seguida pela maioria dos professores de Língua Portuguesa.

Segundo Oliveira (2010), na escola os professores ensinam aos alunos a transformar voz ativa na voz passiva e a decorarem o sujeito paciente e o agente da passiva, mas há um problema, uma vez que a voz passiva é mais que uma simples transformação na voz ativa. Ainda que as estruturas, em muitos casos, sejam semanticamente semelhantes, em sua origem, são independentes. Logo, “essas transformações são invenções teóricas; na realidade elas não são feitas por nenhum falante ou escritor, mas, sim, por muitos gramáticos e professores” (OLIVEIRA 2010, p. 245).

É possível definir a voz passiva como uma estrutura da gramática, cuja função é transformar um sintagma nominal, que é o paciente, em tópico, e assim extrair o agente de foco, dessa forma, torna possível uma das principais características das sentenças passivas, que é a falta de agente. As sentenças passivas, em sua grande maioria não possuem agente, porque o paciente é o foco da sentença passiva. O foco nas aulas de português é a dimensão formal da voz passiva, e é comum o professor fazer os alunos treinarem a alteração das sentenças da voz ativa para a voz passiva e explica para ele que quando o agente é desconhecido na sentença ativa, o agente deve ser omitido. No entanto, as sentenças passivas, na maioria dos casos, não possuem agente, portanto deve ensinar aos alunos a incluir o agente, uma vez que sua presença é incomum e não o omitir. Para Oliveira (2010)

Se a ausência do agente é a situação mais comum nas sentenças passivas, isso significa que a inclusão do agente o coloca em foco também. Há duas razões para sua inclusão. A primeira é a importância do agente: se ele for muito importante, deve aparecer na sentença. A segunda razão é a surpresa que ele causa ao leitor ou ao ouvinte por ser um agente inesperado. (OLIVEIRA, p. 246)

Entretanto, o maior desafio para os estudantes não é a dimensão formal, mas a dimensão pragmática da voz passiva. Segundo Oliveira (2010), alunos e professores confundem o significado de voz passiva com a sua função. A dificuldade de compreender o uso da voz passiva é porque os brasileiros não costumam usar essa construção na oralidade.

No dia 30/10, eram aulas duplas, então a professora dividiu em dois momentos. No primeiro momento, ela solicitou que os alunos formassem trios, e em seguida distribuiu cópias do livro “A rebelião dos sinais de pontuação”, de William Tucci para que eles lessem. No segundo momento, ela escreveu algumas perguntas no quadro e os alunos responderam com base na leitura realizada.

No dia 31/10, a professora deu continuidade o trabalho com o livro, dessa vez ela pediu que os alunos, ainda em grupo, fizessem a ficha técnica do livro. A leitura do livro todo foi feita em apenas uma aula de forma silenciosa pelos alunos, e não houve nenhuma discussão ou comentário a respeito do texto antes ou depois da leitura, a professora apenas pediu que os alunos lessem o texto, e na aula seguinte lhes informou que iria escrever algumas perguntas no quadro para que eles copiassem, respondesse e entregasse a ela depois.

O livro “A rebelião da pontuação” é um livro infantil, que conta de maneira divertida a importância dos sinais de pontuação para entender o que está escrito. No entanto, as questões propostas pela professora propunha aos alunos a encontrar as definições dos sinais de pontuação no livro, e não a perceber a importância deles para a construção e o sentido do texto, propunha identificar o problema ocasionado, na história, pela rebelião da pontuação, mas não a refletir sobre o que a falta de pontuação pode causar no texto.

A leitura, de acordo Antunes (2003), faz parte da comunicação verbal escrita, na qual a participação do leitor na interpretação, e, na construção do sentido das intenções do autor, é fundamental. Ler é muito mais do que simplesmente decodificar sinais gráfico. O leitor é um dos sujeitos da interação, ele participa ativamente, procurando interpretar e compreender o assunto.

Nessa busca interpretativa, os elementos gráficos (as palavras, os sinais, as notações) funcionam como verdadeiras “instruções” do autor, que não podem ser desprezadas, para que o leitor descubra significações, elabore hipóteses, tire suas conclusões. (ANTUNES, 2003, p. 67)

Claro que somente essas instruções não são o suficiente para

compreender o texto; muito do que é compreendido no texto, é parte do conhecimento prévio do leitor. A atividade de leitura proporciona ao aluno a oportunidade de adquirir novas e diferentes informações acerca do mundo em geral; além disso, ela ainda dá ao estudante a oportunidade de agregar novas ideias, conceitos e dados.

A proposta da aula trazida pela professora é interessante; a história é curta, proporciona uma leitura divertida e um jeito fácil de reconhecer os sinais de pontuação, contudo, não houve um momento de discutir o texto, a sua ideia central e sua finalidade. A atividade de interpretação se limitou a recuperar elementos que estavam explícitos no texto, e deixou de lado elementos importantes para compreensão global do texto. A leitura serviu apenas de pretexto, uma oportunidade para uma atividade avaliativa.

No dia 04/11, foram duas aulas; a professora distribuiu uma atividade impressa sobre pontuação, e pediu que os alunos respondessem em dupla. Na atividade, havia duas questões que traziam algumas piadas e pedia que os alunos as reescrevessem e pontuassem. Não houve leitura em voz alta dos textos, os alunos fizeram a leitura silenciosa e responderam as questões em uma folha de caderno e entregaram a professora. A piada é um gênero oral que tem como uma de suas principais características provocar o riso. Trata-se de um texto narrativo curto e que, normalmente, é contada em ambientes informais.

Travaglia (2013) define os gêneros orais como aqueles que foram produzidos para serem realizados oralmente pela voz humana, podendo ter ou não uma versão escrita. Segundo ele, esses gêneros são construídos com a língua falada, por isso, podem ter características específicas de um gênero ou da língua falada comum a todos os gêneros orais. Por ser, um gênero oral, a piada possui diversos aspectos linguísticos, que podem ser explorados de diferentes formas na sala de aula. Contudo, na aula em questão, os aspectos linguísticos das piadas foram ignorados, e o texto foi utilizado apenas com pretexto em um exercício de pontuação.

No dia 06/11, era aula dupla, na primeira aula a professora exibiu o curta-metragem “Menino de carvão” e, depois que o filme terminou, ela perguntou aos alunos quais os temas tratados, os alunos foram falando enquanto ela escrevia no quadro. Os aspectos trabalhados no filme que eles encontraram foram: pobreza, trabalho infantil, violência doméstica e falta de acesso a educação. Na segunda aula, a professora solicitou que os alunos escrevessem um resumo sobre o filme. Antes dos alunos

começarem a escrever ela explicou que o resumo deveria ter introdução, desenvolvimento e conclusão, e em seguida escreveu no quadro algumas sugestões de como os alunos poderiam iniciar cada parágrafo.

O curta-metragem “Menino de carvão” tem duração de 32 minutos e foi dirigido por Fran Paulo. O filme foi gravado no Município de Senador Pompeu, no Estado do Ceará, e conta a história de um menino de 6 anos que vive com seus pais em uma comunidade isolada. O garoto não frequenta a escola e divide seu tempo entre ajudar o pai na produção de carvão e ajudar a mãe nos serviços domésticos. O filme trata de assuntos bastante sérios e muito comuns no Brasil, e alguns deles fazem parte do cotidiano de inúmeras crianças brasileira.

O principal objetivo da aula foi a produção de um resumo, contudo, o filme poderia ser mais explorado em um debate ou uma roda de conversa, em que os alunos exporiam, oralmente, suas opiniões e pontos de vista a respeito do filme e dos assuntos tratado por ele. Claro que a produção escrita é importante e deve ser cobrada, mas para escrever é necessário entendimento sobre o assunto, sendo assim, discutir filme com os alunos, além de abrir espaço para a oralidade na sala de aula, iria ajudá-los a compreender melhor o filme e conseqüentemente a produzir um texto melhor.

Para Antunes (2003), a escrita é uma atividade interativa de expressão, na qual, manifesta-se verbalmente ideias, informações, intenções, crenças e sentimentos que se quer compartilhar com alguém e assim interagir com ele. Para escrever é necessário mais que conhecimentos linguísticos (lexical ou gramatical), é preciso *ter o que dizer*, nada é capaz de suprir a deficiência do “não ter o que dizer”. As palavras têm o papel de mediar a interação entre quem fala e quem ouve, quem escreve e quem lê, elas apenas tornam possível expressar o que se sabe, o que se pensa e que se sente. Se não há ideias e informação, não haverá palavras. Por isso a importância de se encher a cabeça de ideias e aumentar o repertório de informação.

O ensino de língua portuguesa ainda prioriza o ensino da Gramática Normativa e continua separando as aulas de Português em ensino de gramática, leitura e interpretação e produção textual, como se fossem disciplinas independentes. Os textos utilizados na sala de aula, quase sempre servem de pretexto para algum exercício de classificação de palavras, análises sintáticas, períodos simples e compostos, concordância e regência, acentuação e pontuação, entre outros.

Faltam atividades que promovam reflexão sobre a língua; na maioria das vezes, as aulas estão voltadas para o aprendizado e uso da metalinguagem. No entanto, saber regras gramaticais não significa dominar a língua. Para Travaglia (2013, p. 107) “aprender a língua, seja de forma natural no convívio social, seja de forma sistemática em sala de aula, implica sempre reflexão sobre a linguagem, formulação de hipótese sobre a constituição e funcionamento da língua”.

Para Travaglia (2013), não é possível usar e aprender a língua, sem refletir sobre ela, uma vez que, em qualquer situação de interação há reflexão, por isso, é necessário criar correspondência entre o que é dito pelo locutor e pelo interlocutor para que haja comunicação. Sendo assim, o autor propõe que o ensino de língua materna deve ter, como um dos seus principais objetivos, desenvolver as competências comunicativas dos alunos. Para tanto, o seu ensino deve ser produtivo e proporcionar ao estudante a aquisição de novas habilidades linguísticas. A linguagem precisa ser concebida como uma forma de interação, e o texto como uma reunião de traços e orientações, que atuam como instrução para indicar os efeitos de sentido em uma interação comunicativa, logo para dominar a linguagem é necessária alguma forma de reflexão.

O ensino de gramática deve estar voltado para a gramática de uso e para a gramática reflexiva, podendo contar com a contribuição das gramáticas teórica e normativa, contudo, deve-se preservar a questão da interação em situações de comunicação específica. Além disso, é necessário ter em vista que o que torna uma sequência linguística um texto é justamente a viabilidade de instituir um efeito de sentido para todo o texto.

As atividades voltadas para o ensino prescritivo cumpre o objetivo de fomentar o conhecimento acerca da instituição que é a língua. Sendo assim, em relação ao desenvolvimento da competência comunicativa, a descrição irá atuar como um instrumento para facilitar o desenvolvimento da competência comunicativa, da aptidão para utilizar a língua efetivamente; servindo assim, ao objetivo de assegurar a conversa na sala de aula sobre os aspectos da língua, que se tornam mais fáceis de comentar e discutir se tiver a metalinguagem.

O ensino prescritivo, usando a Gramática Normativa, pode ser realizado na sala de aula, contanto que, em sua abordagem, se mostre que alguns usos da língua não possuem uma única forma e que alguns fatores como o prestígio social, econômico e cultural podem influenciar o uso da

língua em diferentes contextos sociais.

Travaglia (2013) propõe abordar a gramática em um ponto de vista formal mais abrangente, no âmbito do funcionamento texto-discursivo dos elementos da língua, posto que, o funcionamento da língua acontece por meio de textos, que atuam em contextos de comunicação específica, e não por meio de palavras soltas e completamente fora de um contexto comunicativo. Por meio da perspectiva textual é possível compreender o funcionamento da gramática, demonstrando que a gramática é a mesma língua usada no dia a dia do aluno.

Isso muda também o conceito de gramática que será usado em língua materna, pois passa-se a ver como integrando a gramática tudo que é utilizado e/ou interfere na construção e uso dos textos em situações de interação comunicativa e não só o conhecimento de alguns tipos de unidades e regras restritas aos níveis morfológicos (classe de palavras, flexão verbal e nominal e as categorias que elas expressam: gênero, número, pessoa, tempo, modo, voz e aspecto) e sintático (termos da oração, tipos de orações e períodos, regras de concordância e regência etc.). (TRAVAGLIA, 2013, p. 109)

Sendo assim, o ensino de gramática, segundo autor, deve focar na gramática de uso, na gramática reflexiva, na gramática teórica e na gramática normativa. É possível trabalhar com essas quatro formas de focalizar a gramática de maneira integrada, podendo ser usadas em um mesmo conteúdo para a mesma turma e em graus e séries diferentes. Alguns fatores como as condições dos alunos, os objetivos da aula, o tempo disponível, e o que mais o professor considerar relevante, irá determinar como as atividades serão desenvolvidas.

5. Considerações finais

Observando uma aula de Língua Portuguesa, fica evidente a enorme distância entre teoria e prática. Tem havido diversas teorias e discussões acerca do ensino dessa disciplina, no entanto elas parecem estar restrita aos muros das universidades; elas ainda não alcançam a escola pública de Ensino Básico. Embora os professores possuam formação na área, apenas a graduação no curso de Letras não é o suficiente, é necessário mais leituras, mais estudo, mas nem sempre o professor tem tempo, acesso ou condições financeiras para dar continuidade aos estudos, ou ele simplesmente não se interessa, por que já está cansado dos muitos anos na sala de aula, por que está sobrecarregado com a carga horária, ou por que não é cobrado dele uma forma diferente de ensinar.

O fato é que os professores de Língua Portuguesa têm repetido as mesmas metodologias que vêm sendo utilizadas há anos na sala de aula, mesmo que elas não estejam surtindo efeito. Talvez por falta de conhecimento, por dificuldade de adaptar ao novo ou por não saber como fazer. E assim as aulas de Língua Portuguesa seguem divididas em ensino de gramática, leitura e produção de texto, como se fossem completamente independentes. A gramática ensinada na sala de aula ainda é a Gramática Tradicional, que geralmente, é trabalhada a partir de frases isoladas, fora de contexto, ou com textos escritos na modalidade culta. Segundo Travaglia (2009), as atividades de gramática, de redação e leitura são aspectos de abordagem de um mesmo fenômeno e para alcançar o objetivo de desenvolver a competência comunicativa do aluno deve funcionar de forma integrada na sala de aula.

Para Antunes (2003), um dos principais objetivos do ensino de Língua Portuguesa, é desenvolver e ampliar as competências comunicativas dos alunos para falar, ouvir, ler e escrever textos adequados e que tenham alguma relevância social. Para que esse objetivo seja alcançado é necessária mudança, o professor precisa repensar o ensino de língua materna e entender porque e qual o objetivo de ensinar língua portuguesa para brasileiro, é necessário refletir sobre os conceitos de gramática e como ela deve ser ensinada na sala de aula. No entanto, mudar não é responsabilidade apenas do professor, o sistema educacional e a escola, também precisam ser repensados. Além disso, é necessário um olhar mais cuidadoso na formação de professores de Língua Portuguesa. O poder público, também, deve assumir o seu papel nesse processo de mudança, promovendo cursos e oficinas de aperfeiçoamento profissional, possibilitando aos professores acesso a livros e artigos publicados em revistas acadêmicas especializadas, incentivando a participação dos professores da educação básica em congressos e encontros relativos à sua área de atuação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. *Aula de Português: encontro e interação*. 6. ed. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. *Análise de textos: Fundamentos e Práticas*. São Paulo: Parábola, 2010.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) – *Linguagens, Có-*

digos e suas Tecnologias. Brasília: MEC, 2002.

CALLOU, Dinah. Gramática, variação e norma. In: VIEIRA, S.R.; BRANDÃO, S.F. *Ensino de gramática: descrição e uso*. Rio de Janeiro: Contexto, 2007.

CHERON, Myszynski Márcia. *Linguística Aplicada e o ensino de Gramática em língua materna: o processo de diagnóstico em uma quarta série*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2004.

KLEIMAN, Angela B.; SEPULVEDA, Cida. *Oficina de Gramática: Metalinguagem para principiantes*. Campinas-SP: Pontes, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Luciano Amaral, 1964. *Coisas que todo professor de Português precisa saber*. São Paulo: Parábola, 2010.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. *Revistas Travessias*, v. 2, n. 3, Paraná, 2008.

SANTANA, M. O. de S. Linguística Aplicada crítica e ensino de línguas com *blog*: diálogos possíveis. *Diálogo das Letras, Pau dos Ferros*, v. 04, n. 02, p. 53-63, jul./dez. 2015.

SILVA JÚNIOR, Silvio Nunes da. Linguística Aplicada, ensino de línguas e prática reflexiva: contribuições para a formação do professor-pesquisador. *Revista Caletoscópio*, Número Especial 1, 2019.

SOUSA, Wélia Leão de. A linguística aplicada ao ensino de língua portuguesa: o ensino-aprendizagem da Língua Materna no espaço da sala de aula. *Revista Eventos Pedagógicos*, v. 3, n. 1, Número Especial, p. 599- 610, Abr. 2012.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino da gramática no 1º e 2º grau*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Linguística Aplicada ao ensino de língua materna: uma entrevista com Luiz Carlos Travaglia. *ReVEL*. v. 2, n. 2, 2004. Disponível em: www.revel.inf.br.

_____. Tipologia textual e ensino de língua. *Domínios de Linguagem*, v. 12, n. 3, p. 1336-400, 21 set. 2018.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ZOZZOLI, Rita Maria Diniz. Produção e autonomia relativa na aprendizagem de línguas. In: LEFFA, Wilson J. (Org). *Pesquisa em Linguística Aplicada: temas e métodos*. Pelotas: Educat, 2006.